

O VAPOR DA CALIFÓRNIA: Jerônimo Vilela de Castro e o Pós-Praieira¹

THE CALIFORNIA STEAM: Jerônimo Vilela de Castro and the Post-Praieira

Israel Augusto da Silva²

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho³

RESUMO

A pesquisa analisa o jornal satírico O Vapor da Califórnia, atribuído a Jerônimo Vilela de Castro Tavares, figura central da Insurreição Praieira em Pernambuco (1848–1850). O periódico foi produzido no contexto pós-Praieira, período marcado pela repressão política e pela reorganização das forças locais. Através da sátira, o jornal criticava figuras do poder conservador e expunha o autoritarismo vigente, tornando-se uma ferramenta simbólica de resistência política. A obra resgata também a atuação da família Vilela Tavares, cuja trajetória foi marcada pela defesa da liberdade de imprensa, da representação política e da resistência ao autoritarismo. O estudo destaca ainda o papel decisivo da imprensa nas disputas políticas do século XIX em Pernambuco, mostrando como os periódicos atuaram como espaços de combate ideológico e mobilização social.

Palavra-chave: O Vapor da Califórnia; Imprensa Pernambucana; Sátira política.

ABSTRACT

This research analyzes the satirical newspaper O Vapor da Califórnia, attributed to Jerônimo Vilela de Castro Tavares, a central figure in the Praieira Insurrection in Pernambuco (1848–1850). The newspaper was produced in the post-Praieira period, a period marked by political repression and the reorganization of local forces. Through satire, the newspaper criticized conservative power figures and exposed the prevailing authoritarianism, becoming a symbolic tool of political resistance. The work also explores the work of the Vilela Tavares family, whose trajectory was marked by the defense of freedom of the press, political representation, and resistance to authoritarianism. The study also highlights the decisive role of the press in the political disputes of 19th-century Pernambuco, showing how periodicals served as spaces for ideological combat and social mobilization.

Keywords: O Vapor da Califórnia; Pernambuco Press; Political Satire.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja banca foi composta pelos membros Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho; Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza; Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena, na seguinte data: 08 de agosto de 2025.

² Graduando em História Licenciatura na UFPE.

³ Professor do Curso de História da UFPE.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa mergulha em uma fonte até agora pouco explorada pela historiografia: o jornal *O Vapor da Califórnia*, atribuído a Jerônimo Vilela de Castro Tavares, um dos nomes centrais da Insurreição Praieira e um publicista muito ativo na imprensa pernambucana na metade do século XIX. Ao lançar luz sobre esse periódico, busca-se não apenas valorizar um documento singular do pós-Praieira, mas também recuperar a atuação de uma família, os Vilela Tavares, cuja presença constante na política pernambucana do século XIX foi marcada por uma combinação de erudição, ativismo e resistência. O legado intelectual e político dos Vilela Tavares atravessa gerações, e revela um núcleo familiar profundamente envolvido nas lutas pela representação política, liberdade de imprensa e contra o autoritarismo, mesmo quando isso custava o exílio ou a prisão¹. No entanto, *O Vapor da Califórnia* permaneceu à margem dos estudos historiográficos, seja por circular num momento de reconfiguração política pós-insurreição, seja pela natureza satírica de seu conteúdo, o que torna ainda mais necessário o esforço de compreendê-lo em sua complexidade.

Trata-se de uma fonte riquíssima, produzida em um dos momentos mais críticos da história política de Pernambuco, o imediato Pós-Praieira, período que, curiosamente, foi relegado a um segundo plano na historiografia. Se a revolta de 1848 recebeu atenção considerável, seus desdobramentos, a recomposição das forças locais, os mecanismos de repressão e as tentativas de manter viva a chama dos ideais Praieiros no período de 1849 ficaram relativamente à margem. Ao investigar *O Vapor da Califórnia*, o que se observa é a permanência do conflito político, ainda que deslocado do campo de batalha para o terreno das ideias, da imprensa e da memória. Estamos, portanto, diante de uma conjuntura de transição, marcada pela desarticulação dos partidos tradicionais, pelo colapso da estrutura política vigente até então, e por um ambiente onde a repressão estatal se choca com a persistência de projetos reformistas. A leitura desse jornal nos permite entender melhor como se tentava reorganizar o campo político após a derrota militar dos praieiros, e quais estratégias discursivas foram mobilizadas para enfrentar os "guabirus" que assumiram o poder na província.

A Insurreição Praieira, ocorrida em Pernambuco, entre os anos de 1848 e 1850, constitui um dos mais significativos movimentos de oposição ao centralismo imperial no Brasil do século XIX. Longe de se tratar apenas de uma revolta com contornos militares ou apenas uma luta entre oligarquias, a Praieira revela a complexidade das disputas políticas e sociais travadas tanto no espaço urbano como no interior da província, onde elites locais,

grupos emergentes e camadas populares se entrecruzavam em uma intrincada rede de interesses e ideologias. Neste cenário, a imprensa desempenhou um papel decisivo: foi por meio dela que ideias circulavam, alianças se solidificavam e discursos de resistência ou conservação se consolidavam.

O foco principal deste trabalho é investigar a importância da imprensa no contexto da Insurreição Praieira, compreendendo-a não apenas como instrumento de divulgação de informações, mas como verdadeiro ator político em meio às disputas pelo poder em Pernambuco. A atuação dos periódicos, tanto conservadores quanto praiheiros, revela uma sociedade em efervescência, onde a palavra impressa se tornava arma de combate simbólico e ferramenta de mobilização².

Ao longo da década de 1840, Pernambuco foi palco de acirrada polarização entre conservadores e liberais. Esses conflitos, marcados por disputas em torno de cargos públicos, defesa de interesses oligárquicos e demandas populares, culminaram na formação do Partido Nacional de Pernambuco, posteriormente conhecido como Partido Praieiro. Este partido reunia setores diversos da elite local, republicanos, liberais dissidentes e defensores de pautas populares como a nacionalização do comércio a retalho. Em resposta, os conservadores se apoiavam em suas conexões com a monarquia, nas alianças rurais e no controle das estruturas repressivas do Estado. Nesse embate, os jornais emergiram como espaços privilegiados de construção e disputa de narrativas³.

A imprensa prairieira, com veículos como *O Diário novo*, *A Voz do Brasil* e o *Praieiro*, assumiu uma postura combativa contra a influência portuguesa no comércio a retalho, denunciando a exclusão social das camadas populares e criticando a dominação dos Cavalcanti de Albuquerque e seus aliados. Ao mesmo tempo, jornais conservadores como o *Diário de Pernambuco*, *O Lidador* e *O Capibaribe*, assumiram a defesa da ordem imperial e atacaram violentamente os ideais praiheiros, utilizando argumentos que mesclavam legalismo, defesa da moral e rejeição às propostas de transformação social.

Nesse contexto, destaca-se *O Vapor da Califórnia*, publicação de cunho satírico atribuída a Jerônimo Vilela de Castro Tavares, uma das figuras centrais do movimento prairieiro, jurista, intelectual e polemista habilidoso. Mesmo preso desde fevereiro de 1849, Jerônimo Vilela manteve-se ativo no embate político por meio da escrita, redigindo textos sob o pseudônimo de J. J. Inácio e fazendo circular edições do jornal que ridicularizavam, com uma ironia ímpar, os protagonistas da repressão. Por meio de uma sátira sofisticada e profundamente crítica, *O Vapor da Califórnia* construiu um imaginário, propondo a “viagem” para a Califórnia de figuras públicas acusadas de oportunismo, prevaricação e traição, como o

promotor Francisco Xavier Paes Barreto, o juiz José Tomáz Nabuco de Araújo e o monsenhor Muniz Tavares. A Califórnia, neste caso, era um espaço fictício de recomeço e exclusão moral.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar *O Vapor da Califórnia* como um instrumento de resistência política no período pós-Insurreição Praieira, observando como o jornal utilizou o humor e a sátira não apenas como formas de crítica, mas como mecanismos de enfrentamento simbólico à ordem conservadora vigente. Ao adotar uma retórica que expunha as contradições da elite dirigente e denunciava o autoritarismo de instituições como a polícia e o judiciário, o periódico se afirmou como uma voz dissonante em um momento de cerceamento das liberdades civis. Mais do que um panfleto ideológico, *O Vapor da Califórnia* foi um espaço de disputa pelo poder, pela memória do levante e pela legitimidade das ideias praieiras no imaginário público. Assim, o foco neste periódico permite não apenas compreender a atuação de Jerônimo Vilela de Castro Tavares, como intelectual militante, mas também refletir sobre o papel da imprensa como trincheira de resistência em contextos autoritários

I - A Complexidade da Insurreição Praieira

A Insurreição Praieira está profundamente relacionada às disputas pelo poder entre as elites locais na província de Pernambuco. Desde a Independência do Brasil, os principais atores políticos da elite pernambucana começaram a se mobilizar, com o intuito de garantir apoio interno e externo para alcançar e se manter no poder.

Na década de 1840, Pernambuco vivenciou um forte embate entre duas facções políticas rivais em busca da liderança: os conservadores e os liberais. Os conservadores eram aliados da monarquia e defendiam uma visão de poder mais centralizada e tradicional. Já os liberais, mesmo quando monarquistas, lutavam por maior autonomia para a província, desejando um modelo de governo menos centralizado e mais focado nas necessidades locais. Eles também buscavam romper com a liderança política representada pelas figuras dos Cavalcanti e de Francisco do Rêgo Barros, que eram os personagens com maior força política na época, e de alguma forma sempre estavam no poder. Ambos os partidos tentaram conquistar o apoio da população urbana e dos grandes proprietários rurais, mas com enfoques diferentes, buscando mobilizar esses grupos com suas próprias ideias e promessas de transformação⁴.

A Praieira é marcada por muitas especificidades, refletindo uma complexa luta que envolvia as oligarquias e as classes menos favorecidas. Por um lado, os praieiros, apoiados

por uma facção das oligarquias, conseguiram alcançar o poder em 1845, com bases eleitorais tanto em vilas e comarcas do interior, como na cidade do Recife. Esse grupo, composto por homens ricos e influentes no cenário político, representavam uma parte da elite política. havia pessoas com trajetórias políticas bem distintas, desde liberais históricos, até grandes comerciantes, jornalistas e homens que estavam iniciando sua vida pública, porém, insatisfeitos com os rumos do partido, republicanos e até mesmo conservadores sem espaço no seu partido⁵. Nomes conhecidos como Joaquim Nunes Machado, Felipe Lopes Neto, Urbano Sabino Pessoa de Melo e Felix Peixoto de Brito, fundaram o Partido Nacional de Pernambuco em 1842, que ficou conhecido como Partido Praieiro⁶.

Por outro lado, entre 1835 e 1842, Pernambuco estava sob o controle dos primos Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Francisco do Rego Barros, o Barão da Boa Vista. Francisco de Paula, e seu irmão, Pedro Francisco, dominavam as lideranças partidárias na província e organizavam o Partido Conservador⁷. Paulo Cadena, contudo, ao destrinchar as nuances de como se davam as alianças e atritos entre essas elites políticas, ressalta a importância de entendermos como se davam às mudanças de posição de alguns políticos em relação ao apoio aos Cavalcanti de Albuquerque e Rêgo Barros. Os principais membros do Partido Nacional de Pernambuco, foram apoiadores do governo, todavia esse apoio estava ligado à distribuição de favores e cargos políticos. Paulo Cadena, cita o jornal "*O Artilheiro*" para abordar a ascensão do Partido Nacional de Pernambuco, conhecido como Partido Praieiro, que começa a se opor ao governo de Francisco do Rego Barros, o Barão da Boa Vista. A crítica que o jornal faz é direcionada aos antigos aliados do governo, como o Deputado Provincial Urbano Sabino, que, em pouco tempo, muda radicalmente seu apoio ao Barão da Boa Vista, passando de defensor fervoroso a crítico implacável.

Esse comportamento de Urbano Sabino reflete a luta pelo poder entre os grupos políticos, que, embora critiquem o governo, fazem isso principalmente por disputas internas e não por uma mudança genuína de princípios. O periódico denuncia também a insatisfação de grupos afastados dos cargos políticos e sua oposição à presença de estrangeiros no comércio a retalho, apontando que o real motivo dos ataques era a disputa por poder e não a busca por um governo mais justo ou eficiente⁸. De fato, qualquer cargo político em Pernambuco passava pelo controle dessas famílias influentes, que mantinham um domínio quase oligárquico sobre a província. Sendo assim, o poder que se tem ao estar em um cargo público que possui como prerrogativa delegar funções na capital e no interior, é de extrema relevância para angariar apoio, e a consequente permanência no poder. Porém, fica nítido o uso das insatisfações da sociedade não só por parte dos praiheiros, mas também por parte dos que querem manter o

status quo, pois ao reduzir o debate apenas à disputa por poder, cria-se uma redoma que esconde e ignora os anseios da sociedade.

No entanto, a Insurreição Praieira também envolve aspectos mais populares, o uso da nacionalização do comércio a retalho e a oposição à presença de estrangeiros no comércio não é apenas uma figura de retórica, mas uma clara demonstração de que havia membros da elite atentos às reivindicações das ruas. Essas reivindicações refletiam um momento de intenso desequilíbrio social e econômico no Brasil, especialmente em Pernambuco, pois o crescimento da população urbana escancarou os problemas sociais das classes menos favorecidas, que estavam entre o desemprego e a escravidão, enquanto os postos de trabalho no comércio eram ocupados por Portugueses recém-chegados ao Brasil, ou os que já viviam aqui, mas não vinham de famílias com grande poder econômico⁹.

Na década de 1840, essa pauta surgiu como uma resposta à crescente insatisfação popular, particularmente entre a população urbana, que se viu afetada pela paralisação das reformas iniciadas no governo do Barão da Boa Vista. Durante seu governo, de 1837 a 1844, o Barão da Boa Vista havia investido em obras públicas, como a construção de novas ruas e a instalação de um sistema de abastecimento de água, melhorando a aparência da cidade, essas obras garantiram empregos¹⁰. Contudo, a paralisação dos investimentos públicos resultou em uma grande quantidade de trabalhadores braçais desempregados, agravando a crise social e econômica nas áreas urbanas. Embora importantes, essas obras não responderam às demandas mais profundas da sociedade. A interrupção definitiva das obras públicas intensificou a onda de desemprego e instabilidade social. Por esses motivos, a frustração crescente diante do desemprego urbano e o distanciamento entre o governo e as demandas populares alimentaram decisivamente a insatisfação popular e os desejos por mudanças radicais.

A reivindicação pela nacionalização do comércio a retalho tornou-se um elo comum entre grande parte da população urbana e os praiheiros, pois para além de uma pauta econômica, acabou se tornando também uma bandeira de resistência ao modelo político conservador e à falta de respostas para os problemas urbanos, principalmente o desemprego da população livre pobre. Ao defender essa pauta, os populares buscavam um controle maior sobre a distribuição de mercadorias e a garantia de empregos, além de um alicerce mais forte para a economia local¹¹.

O Deputado Praieiro Nunes Machado, não se contentou em ser apenas mais uma voz na Câmara dos Deputados, e colocou em prática o discurso nativista, compreendendo que a sociedade vivia um momento de tensão entre os interesses estrangeiros e as aspirações legítimas de seus cidadãos. Em junho de 1848, o Deputado deu um passo decisivo, ao

apresentar e aprovar um projeto de lei com uma única, porém poderosa proposição, a medida, estabelecia que “é privativo do cidadão brasileiro o comércio a retalhos”¹². Ou seja, apenas brasileiros poderiam exercer legalmente essa atividade comercial fundamental. Mas Nunes Machado foi além, e exigiu também que o Governo estabelecesse um prazo razoável para que as casas comerciais estrangeiras, até então operando livremente no país, cessassem suas atividades de varejo. Dessa forma, comerciantes brasileiros, até então sufocados pela concorrência desigual com firmas estrangeiras dotadas de capitais mais robustos e ligações diretas com centros comerciais europeus, viram na proposta de Nunes Machado uma verdadeira redenção. Era como se, finalmente, o Parlamento tivesse estendido a mão ao povo.

Embora a nacionalização do comércio a retalho fosse uma proposta que diferenciava os praieiros dos conservadores, tratava-se de uma pauta muito popular entre os mais diversos setores da sociedade. Por isso, ao assumirem sua defesa, os praieiros conquistaram uma expressiva adesão popular. Que é uma característica muito importante da Praieira, sua complexa teia de interesses, onde indivíduos de origens e motivações diversas uniram forças¹³. Desde senhores de engenho insatisfeitos com a perda do poder local até comerciantes frustrados por não terem sido contemplados com cargos públicos e outras vantagens.

Os praieiros chegaram ao poder na província de Pernambuco em 1845, com a nomeação de Antônio Pinto Chichorro da Gama como presidente. No entanto, permaneceram no governo apenas até as eleições de 1848. Essa breve permanência pode ser explicada, em parte, pela fragilidade do sistema eleitoral da época, marcado por manipulações e falta de confiabilidade, o que dificultava a consolidação de um projeto mais duradouro¹⁴.

Apesar disso, mesmo os praieiros conseguindo atender a algumas demandas populares, como a nacionalização do comércio a retalho, que refletia os interesses das classes menos favorecidas da área urbana e de setores nativistas. Enfrentaram forte oposição oriunda do interior da província, onde o antigo governo do Barão da Boa Vista havia promovido uma série de nomeações políticas, especialmente na polícia, fortalecendo a influência dos grandes proprietários rurais, aliados fiéis dos Cavalcanti de Albuquerque¹⁵. Ao assumir o governo, Chichorro da Gama realizou uma demissão em massa desses Delegados e sub-delegados de polícia, desarticulando a estrutura repressiva herdada. No lugar dos demitidos, foram nomeados aliados dos Praieiros para as mesmas posições. Com isso, o aparelho policial, antes dominado por agentes ligados aos Cavalcanti, foi remodelado, o que gerou forte reação conservadora. A perda de controle sobre essa estrutura de poder acabou por enfraquecer os Praieiros, contribuindo para sua derrota nas eleições seguintes. Essa disputa por cargos

públicos mostra que o Estado era usado como ferramenta de controle político. A mudança de governo implicava não apenas novas políticas, mas a substituição completa das estruturas de poder local, e consequentemente aumentava o poder partidário durante o período eleitoral.

II - Imprensa, periódicos e o conflito ideológico durante a Praieira

Toda essa efervescência social, contou com a intensa participação dos periódicos, o que nos leva a refletir sobre a importância desses jornais na sociedade pernambucana da época e como se dava a comercialização e a circulação de ideias por meio dos jornais. A imprensa estava surgindo, entre nós, com formas embrionárias, não perfeitamente definidas, mas já desempenhando um papel fundamental na construção da opinião pública e na formação do discurso social e político. Nos primeiros momentos do século XIX, os jornais ainda enfrentam desafios como a limitação no acesso a um público mais amplo, mas gradualmente se tornaram veículos de disseminação de notícias, debates e ideias que moldavam a sociedade pernambucana e brasileira. A comercialização dos periódicos, embora limitada pela disponibilidade de recursos e pela infraestrutura da época, encontrou meios de se expandir, especialmente com a crescente demanda por informações relacionadas à política, à economia e aos costumes. A circulação de ideias, então, não se restringia ao papel impresso, mas também se expandia por meio de correspondências, reuniões públicas e outros meios de comunicação que começaram a ganhar relevância.

Durante o período analisado, a parcela de leitores na sociedade era extremamente reduzida, mas isso não significa que o domínio da leitura fosse fundamental para o contato com os conteúdos impressos ou manuscritos. Naquele período, a leitura em voz alta era uma prática comum, especialmente nos espaços de sociabilidade e no ambiente doméstico. Essa forma de leitura desempenhava um papel fundamental, pois permitia a inclusão de um público não alfabetizado, transformando o ato de ler em uma forma essencial de compartilhar ideias e informações. Assim, ao pensar sobre essa prática, percebemos que o vínculo entre ser alfabetizado e ser leitor se torna frágil, dificultando a compreensão da relação entre o público e os jornais no século XIX. A leitura em voz alta não apenas supria a falta de alfabetização, mas também se configurava como um canal vital de comunicação e troca de saberes entre as mais variadas pessoas¹⁶.

As Tipografias, embora ainda em pouca quantidade, eram espaços multifacetados, não apenas para a compra de livros e periódicos, mas também para discussões, trocas de ideias, conversas e socialização. Assim como as praças, as tipografias tornam-se ponto de encontro de parte da sociedade. Nesse ambiente, o ato de ler em voz alta, especialmente os jornais, era

uma forma de integrar os analfabetos ao circuito da cultura escrita. Ao entrar nessas lojas, muitos se viam imersos em um mundo de debates, fofocas e reflexões sobre os acontecimentos locais e internacionais, sem precisar saber ler as palavras na página¹⁷.

Essa prática não só introduziu os analfabetos ao conhecimento das questões do momento, como também os conectava a novas redes de sociabilidade. A leitura compartilhada de jornais em público permitia que esses indivíduos participassem ativamente de discussões políticas, sociais e culturais, mesmo sem o domínio da escrita. Além disso, as tipografias eram locais onde as pessoas, de diferentes origens e classes sociais, se encontravam para conversar, trocar experiências e se solidarizar com causas e movimentos da época. O jornal, assim, não era apenas uma fonte de informação, mas também um meio para a construção de uma comunidade letrada e politicamente ativa.

O Diário de Pernambuco, fundado em 1825, era um dos principais opositores ao movimento praieiro. Com uma postura ideológica conservadora, esse jornal foi alvo de críticas e recebeu apelidos pejorativos como: *Diário dos Portugueses* e *Jornal Luso-Guabirú*, essas denominações vieram do *Diário Novo*, principal opositor do *Diário de Pernambuco*¹⁸. Além desse periódico, Nelson Sodré, também destaca os jornais *O Lidoir* e *A União* como importantes veículos de comunicação alinhados aos conservadores, embora com menor relevância¹⁹. Todos esses meios de comunicação tinham como objetivo combater as ideias dos praieiros, criticando suas atitudes antilusitanas e sugerindo, inclusive, que as autoridades confiscassem as tipografias dos praieiros, que eram vistas como verdadeiros instrumentos de guerra civil²⁰. O periódico *O lidoir* resumia assim o seu programa:

Conservação da Ordem Pública. Sustentação do Trono Imperial. Manutenção das Instituições Liberais. Fiel Observância das Leis. Austeridade na repressão dos crimes. Progresso industrial e moral da população²¹ *O Lidoir*, 17 de março de 1845.

Esse posicionamento evidencia como os jornais conservadores atuavam não apenas como transmissores de informação, mas como verdadeiros agentes políticos, engajados na manutenção do poder dos Cavalcanti e Rêgo Barros, e na repressão das ideias progressistas representadas pelos praieiros. O discurso de "austeridade na repressão dos crimes" e de "fiel observância das leis", por exemplo, era utilizado como justificativa para legitimar ações autoritárias por parte das autoridades imperiais. Assim, a imprensa desempenhava um papel central na construção de narrativas que reforçavam o conservadorismo e deslegitimavam qualquer tentativa de mudança política ou social mais profunda.

A presença marcante da imprensa na divulgação dos ideais da Praia desde o seu nascimento é uma das razões de nosso interesse por esse movimento político em particular.

Os praieiros tinham seus próprios jornais, por meio dos quais difundiam suas ideias. *O Diário Novo* foi criado, em agosto de 1842, sob a direção de Luis Inácio Ribeiro Roma. Segundo Amaro Quintas, esse jornal "foi aglutinando aqueles que não rezavam pela cartilha Cavalcanti de Albuquerque"²². Como o jornal foi criado na Rua da Praia, os adversários denominaram seus participantes de "praieiros" e sua facção com o nome de Praia. Contudo, Marcus Carvalho, ao mencionar o apelido, oferece uma outra informação de grande importância: quando Nunes Machado assumiu seu mandato na Assembleia Geral em 1838, ele estava alinhado com os liberais da Corte. No entanto, com a chegada da Maioridade, ele se voltaria contra as ações de Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Por outro lado, os praieiros seguiram uma orientação política ao lado dos palacianos, unindo-se a Aureliano. O grupo próximo ao futuro Marquês de Sepetiba se reunia frequentemente em Praia Grande, na residência do Mordomo Imperial. Nesse contexto, os conservadores de Pernambuco atacavam os praieiros, chamando-os de cortesãos ou corcundas, já que esses últimos se viam como liberais constitucionais²³.

Outros periódicos surgiram em apoio aos ideais da Praia. Dentre eles *A Voz do Brasil*, dirigida pelo praieiro Inácio Bento de Loiola, *O Nazareno*, editado por Antonio Borges da Fonseca, e também *O Praieiro e O Foguete*. Esses últimos periódicos foram impressos na oficina do *Diário Novo*²⁴, a tipografia imparcial. Isso nos faz refletir sobre a escolha da tipografia refletia não apenas a identidade e a ideologia dos escritores, e de suas publicações, mas também, toda a rede de sociabilidade e influência criada pelo movimento praieiro. Ou seja, os adeptos dos ideais da praia, sabiam exatamente em quais tipografias confiar. Essa conexão entre os periódicos e os praieiros estava ligada à construção de um discurso político, ao alcance desejado da mensagem e à consolidação de uma rede de apoio que extrapolava o papel impresso.

A tipografia de Inácio Bento de Loiola, foi alvo de diversas perseguições devido aos periódicos impressos criticarem abertamente os guabirus e a influência portuguesa na economia pernambucana. O periódico *A Voz do Brasil*, de 1847, redigido pelo próprio Inácio Bento de Loiola, posicionou-se de forma contundente contra a prisão e a perseguição de seu redator, tratando o caso como uma profunda injustiça meramente política. Após os violentos acontecimentos de 26 e 27 de junho, marcados pelo massacre de comerciantes portugueses, Loiola foi preso no dia 3 de julho e encarcerado na Fortaleza das Cinco Pontas, de onde escreveu sobre sua situação de prisioneiro e o processo instaurado contra ele²⁵. O periódico *O Capibaribe*, de viés conservador, lamentou a morte dos portugueses e culpou os "praias velhas" de planejar, e o jornal *A Voz do Brasil*, de incentivar²⁶.

A tipografia imparcial, de Luis Inácio Ribeiro Roma, filho de um dos mais renomados mártires da Revolução Pernambucana, o Padre Roma, um importante sacerdote que se destacou como uma das figuras centrais do movimento revolucionário em Pernambuco. Imprimiu diversos periódicos críticos aos Cavalcanti de Albuquerque, ao Barão da Boa Vista e a figuras de grande relevância no cenário político local. Periódicos como *A Marmota*, *A Gazeta do Povo*, *O Volcão*, *O Arara*, e *O João Pobre*. Foram impressos entre 1844 e 1847. Essas publicações, embora de curta duração, marcaram época por sua ousadia editorial e pela coragem de enfrentar os grupos dominantes.

Luis Roma faleceu aos 51 anos, em 19 de dezembro de 1848, após um período de sofrimento causado por dores intensas no "baixo ventre" que persistiram desde novembro daquele ano, coincidentemente durante o auge da insurreição²⁷. A morte de Luis Roma em dezembro de 1848 representou uma perda significativa para a comunidade local, especialmente considerando seu papel na tipografia e sua contribuição para a disseminação de informações durante um período de turbulência política e social.

Com o falecimento de Luis Roma, a tipografia passou a ser conhecida como “Typ. da Viúva Roma e Filhos”. Sua esposa, Umbelina Coelho da Silva, assumiu a gestão da empresa no momento em que a tipografia se tornou um dos principais centros de impressão de panfletos da insurreição²⁸. Carolina Braga, destaca a luta e a resistência da viúva, ao enfrentar desafios significativos logo após a perda do marido. A autora aborda um episódio onde, Umbelina, precisa lidar com a ameaça de fechamento da tipografia. A repressão policial, que inclusive assalta os distribuidores e retira exemplares do *Diário Novo* de circulação, coloca um obstáculo significativo para a continuidade do jornal. Diante disso, Umbelina resiste à pressão e ao medo impostos pela polícia de maneira notável. Ela não se deixa abater pela repressão; ao contrário, toma medidas ousadas para garantir a circulação do jornal. Como a polícia ameaça os distribuidores com prisão e recrutamento forçado, ela própria começa a entregar os exemplares do *Diário Novo* aos assinantes, e solicita que eles passem a ir até a sua casa pessoalmente. Esse gesto não apenas revela sua determinação em manter o jornal funcionando, mas também simboliza sua resistência à repressão, e o nível de comprometimento com a insurreição, que podem ser vistos como um reflexo de uma resistência maior, pois ela não se limita a ser uma vítima da repressão, mas se torna uma protagonista da resistência.

A Tipografia da Viúva Roma imprimia diversos panfletos e periódicos. Esses periódicos normalmente seguiam um certo padrão, O formato adotado era geralmente com quatro páginas, e o preço de venda era de 40 réis para um exemplar avulso. Esses periódicos

não eram vendidos nas ruas; podiam ser adquiridos na tipografia e nas livrarias indicadas, tanto de forma avulsa quanto por meio de assinatura²⁹. Na maior parte das vezes, o nome do redator não era revelado, o que gerava incertezas sobre a autoria, e, para identificar os responsáveis, muitas vezes é necessário recorrer a testemunhos da época, nem sempre confiáveis. O anonimato era, portanto, rigorosamente mantido. Aliás, O anonimato muitas vezes servia como um mecanismo de segurança, pois esses periódicos tinham um forte viés político, ou alguma crítica. Todo jornal desse tipo trazia uma espécie de assinatura, uma epígrafe curiosa, que anunciava seus objetivos, programas ou o motivo do conteúdo. Essas epígrafes, quase sempre em forma de versos, eram frequentemente retiradas de obras de autores conhecidos, como Camões, ou de discursos políticos e até mesmo da própria Constituição³⁰.

A legislação exigia que fosse mencionada a tipografia onde o jornal era impresso. Embora houvesse algumas exceções, essa exigência revelava tanto as tendências do jornal quanto às dificuldades da impressão na época. Havia poucas oficinas tipográficas, e o grupo político, em vez de falar em partidos, necessitava de um meio de expressão pública, o que tornava a identificação da tipografia uma exigência prática e política.

A Imprensa do período se revelou muito mais do que um simples canal de informação, foi um instrumento de combate político, de afirmação ideológica e de construção de narrativas. A variedade dos periódicos, o tom marcadamente autoral de muitos textos, o anonimato estratégico dos redatores e o papel central das tipografias mostram como esses jornais estavam profundamente ligados às disputas pelo poder, tanto local como nacional. Em meio à polarização entre conservadores e praieiros, a imprensa funcionava como uma verdadeira arena política, onde ideias se confrontavam e onde a palavra impressa tinha um papel cada vez mais central na construção de narrativas e identidades, mudando a forma como os principais agentes sociais influenciam a sociedade, e como a sociedade participava e interferia naquela disputa.

III - O Vapor da Califórnia: Satira, Subversão e Resistência

A autoria do periódico o *Vapor da Califórnia*, como vimos, foi atribuída a Jerônimo Vilela de Castro Tavares³¹, um dos líderes da Insurreição Praieira. Tio do jornalista, romancista e cronista Joaquim Maria Carneiro Vilela³². Seu pai, Jerônimo Villela Tavares, foi um cirurgião baiano radicado em Pernambuco, cuja trajetória se entrelaça com os movimentos políticos da primeira metade do século XIX, em Pernambuco. Embora não pertencesse à elite agrária ou comercial, destacou-se como intelectual e articulador político, sobretudo durante a

Revolução Pernambucana de 1817, movimento de inspiração liberal que buscava instaurar uma república na região. Envolvido ativamente nos debates públicos, Jerônimo Vilela, contribuiu para o fortalecimento do discurso político local, defendendo a soberania popular e um governo representativo.

Acusado de conspiração contra a Coroa portuguesa, foi preso e transferido para a Bahia em 1818, junto a outros revolucionários, por crime de lesa-majestade. Mesmo após a repressão do movimento, continuou exercendo papel relevante na cena política. Sua atuação consolidou a família Villela Tavares como presença constante nos debates políticos regionais³³.

Jerônimo Vilela de Castro Tavares, era um homem de sólida formação intelectual, formado em Direito em 1835 e professor da Faculdade de Direito de Olinda³⁴, uma das instituições mais prestigiadas do país naquele período e centro de efervescência política e ideológica. Além da carreira acadêmica, Jerônimo Vilela, ocupou cargos importantes no governo imperial e foi eleito Deputado pelo Partido Liberal. Como jornalista, era conhecido pela sátira política para criticar os poderosos, com seus artigos redigidos todos em linguagem polêmica. Foi autor de diversos periódicos de cunho oposicionista como *O Guarda Nacional*, *O Indígena*, *O Cometa*, *O Artista*, *o Azorrague*, *O Camarão*, *O Bezerra de Pera*, entre outros, em que fazia uso constante do humor, mas não um humor meramente recreativo, normalmente fazia o uso de uma ironia afiada, muitas vezes misturando denúncias, problemas sociais e políticos com seu humor, e assim escancara as contradições e hipocrisias dos mesmos alvos recorrentes, os mesmos guabirus da oposição.

Apesar de sua veia crítica sobre a situação política pernambucana, Jerônimo Vilela, era um liberal moderado e junto com outros praieiros com pensamentos similares resistiam à ideia de uma revolta armada. Eles defendiam reformas dentro da ordem vigente, por meios legais e pacíficos, mantendo fidelidade às instituições imperiais.

Eles viam na via pacífica e legalista uma forma mais legítima e sustentável de alcançar transformações duradouras. No entanto, foram arrastados à luta armada por conta da radicalização do contexto político e das pressões sociais e políticas³⁵. Sua resistência inicial à violência armada era menos uma recusa em reconhecer os problemas estruturais da sociedade e mais uma tentativa de preservar a legalidade e as instituições, mesmo enquanto se buscava transformações significativas.

Essa postura hesitante em armar o povo ou fazer alianças mais radicais também demonstra um temor em perder o controle de um movimento que poderia descambar em mudanças mais profundas, já que a maior parte dos praieiros fazia parte das elites locais,

letrados, comerciantes, jornalistas, profissionais liberais e alguns senhores de engenho descontentes e embora clamassem por mudanças como a liberdade de imprensa, fim do poder moderador, voto livre e nacionalização do comércio, seus projetos não incluíam as camadas populares como protagonistas.

Jerônimo Vilela de Castro, assinava o jornal *O Vapor da Califórnia* sob o pseudônimo de J. J. Inácio. Embora o uso de alcunhas fosse comum entre escritores da época como forma de proteger a identidade e garantir certa liberdade de expressão, no caso de Jerônimo Vilela, o codinome tinha um outro motivo, ele estava preso na Fortaleza do Brum desde o dia 3 de fevereiro de 1849³⁶, e provavelmente utilizava esse nome para evitar represálias. Ainda que não se saiba ao certo a data da primeira edição do jornal *O Vapor da Califórnia*, há registros da edição número 4, publicada em 30 de agosto de 1849. As edições seguintes apresentam intervalos de três a nove dias entre si, o que permite afirmar que o jornal circulou enquanto Jerônimo Vilela ainda estava encarcerado.

Apesar da prisão, Jerônimo Vilela, conseguiu enviar seus textos para publicação, embora não se saiba ao certo como. Só é possível especular que ele tenha contado com a ajuda de algum carcereiro, de um simpatizante do movimento Praieiro ou até mesmo de um escravizado. No entanto, o que se evidencia, é o forte compromisso de Jerônimo Vilela, com o debate público e a resistência política. Mesmo sob custódia, fez questão de participar ativamente da discussão de ideias, questionar as estruturas de poder e defender seus ideais por meio da palavra escrita, instrumento que ele claramente via como essencial à luta e à transformação social.

Contudo, o clima na província era tenso, O jornal *O Macabeo*, enfrentou uma série de atos de violência e repressão devido às suas críticas aos governos de Herculano Ferreira Pena e Manuel Vieira Tosta, e à polícia. No início, a publicação foi atacada pelo chefe de polícia, que mandou prender o redator principal, Carlos Muhlert, com o intuito de embargar a impressão do jornal. Com a aproximação das novas eleições de 1849, o jornal intensificou suas críticas, especialmente a figuras como Figueira de Melo, Nabuco de Araújo e o Promotor Francisco Xavier Paes Barreto, incentivando os pernambucanos a excluí-los da lista de candidatos à Câmara Federal, dada a ligação dos dois últimos com o autoritarismo e a repressão³⁷.

Nesse período, a imprensa desempenha um papel crucial em tentar contestar e influenciar as escolhas políticas em um cenário de autoritarismo por parte dos políticos da província, mas sobretudo a violência e perseguição da polícia, que se utilizava de métodos coercitivos contra as tipografias.

No dia 20 de novembro, o Periódico *O Fiscal*, avisa que faria o anúncio dos jornais produzidos na tipografia de Inácio Bento de Loiola, devido às perseguições à imprensa³⁸.

Segundo Maria Luiza Ferreira de Oliveira, quando Manuel Vieira Tosta, entregou o cargo de Presidente da Província para Honório Leão, em julho de 1849, ele comunicou que, apesar dos esforços da imprensa em apoiar "a causa perdida da revolta, consegui frustrar os planos deles, como o Chefe de Polícia informará a V. Excia"³⁹. Os Presidentes da Província sabiam da importância da imprensa para a agitação popular, principalmente para manter viva as ideias da praia, consequentemente a disputa de poder nesse espaço é fundamental para o controle político na província. Havia ações concretas para impedir ou neutralizar a atuação da imprensa, Maria Luiza Oliveira, ao escrever sobre a chegada do novo Presidente provincial e suas primeiras medidas contra a imprensa, diz que:

A polícia tinha mandado chamar os compositores da tipografia do Diário Novo, prometendo “pagar-lhe os jornais se abandonassem o estabelecimento” e, dias depois, um destacamento policial cercou a tipografia para prender um tipógrafo, pressionando a viúva Umbelina que se recusou a abrir as portas, causando comoção no bairro. Os métodos de controle eram diversificados. Honório Leão teve 18 contos para despesas secretas da “pacificação”, dinheiro para espionagem, gratificações diversas, incluindo “pagar o silêncio da imprensa da viúva Roma”. Ele declarou que negociou com a viúva uma gratificação e a circulação do Diário Novo foi suspensa, mas por pouco tempo. Logo a tipografia retomaria a impressão de folhetos e outros jornais liberais⁴⁰ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. 2018.

Mesmo diante da repressão violenta e de tentativas de silenciamento, como o cerco policial à tipografia, a prisão de tipógrafos, o suborno para interromper publicações e a vigilância constante, os jornais de orientação liberal continuaram a circular. A tipografia da Viúva Roma continuava com a impressão de títulos oposicionistas. Assim como o jornalista Inácio Bento de Loiola, que estava preso desde 3 de janeiro de 1849, e mesmo após a anistia concedida, continuou com sua tipografia⁴¹. A resistência da Viúva Roma e a reação do bairro apontam para uma rede de solidariedade e identificação ideológica com os ideais liberais propagados pelos praieiros. Sendo assim, é preciso pensar além dos interesses puramente comerciais, e considerarmos um público leitor ativo e comprometido, que legitimava e sustentava essas publicações como parte de um projeto político mais amplo.

A razão do título d'esta folha não é difficil de ser comprehendida: ha entre nós muita gente ambiciosa, e não só ambiciosa devdinheiro, como de mando, de poder, de titulos, de honras, e tolo ha, que desconhecendo-se perfeitamente, ambiciona ser deputado, senador, ministro, e tudo quanto póde aspirar um homem intelligente e de letras, u dem homem de prestigio e de saber. O vapor da California, construido para o serviço do país, encarrega-se de levar para aquele lugar toda essa gente, onde pode ser muito útil, e satisfazer todas as suas ambições⁴² O Vapor da Califórnia, 30 de agosto de 1849.

O Tom crítico do periódico a todos que possuem ambição excessiva, busca poder, status e títulos, sem a devida qualificação. Pode parecer que a crítica não é somente a elite política, mas a membros de diversos setores da sociedade. De fato, a crítica era direcionada a

membros de diversos setores da sociedade, porém, o fio condutor que une todas essas pessoas são suas atitudes durante a Insurreição Praieira. Nesse período, vários pequenos jornais como: *O Macabeo*, *O Fiscal*, *A Trombeta*, *A Gazeta do Povo*, entre outros, criticavam abertamente os Guabirus, as ações da Polícia e principalmente o Presidente da Província.

As edições do *Vapor da Califórnia* trazem, como tema central, entrevistas com os guabirus que se candidataram a viajar para a Califórnia. Nessas entrevistas, eles expunham suas qualidades e seus feitos. Porém, Jerônimo Vilela, promove uma inversão cínica e carregada de ironia. Os guabirus não se envergonham de seus atos, ao contrário, os exaltam como conquistas, subvertendo os valores convencionais para as mazelas dos guabirus como perseguidores, ladrões, depravados, infames, prevaricadores, entre outros adjetivos. Esses relatos detalhavam suas trajetórias e os motivos pelos quais buscavam a viagem para Califórnia, que se torna um símbolo de fuga, um lugar distante, idealizado, onde seria possível deixar para trás os pecados e crimes cometidos, e assim alcançar a redenção, pois não querem mudar, mas apenas recomeçar em outro lugar, levando consigo suas práticas.

Dessa forma, foram pedindo passagem para embarcar no Vapor, nomes conhecidos, como o chefe de polícia Jerônimo Figueira de Melo, o Promotor Francisco Xavier Paes Barreto e o Juiz Nabuco de Araújo, que estavam à frente da prisão, acusação e julgamento dos Praieiros. Esses relatos, além de revelar as suas características pessoais e ações contra a insurreição ou seus integrantes, funcionavam como uma forma de expor as contradições e a complexidade de figuras públicas que, em muitos casos, transitavam entre o poder, o crime e a resistência política. Sendo assim, a única solução para essas pessoas é levá-las para a Califórnia, como uma forma de aliviar a sociedade de suas pretensões.

Nabuco de Araújo e Figueira de Melo, figuras de destaque na sociedade, são retratados como pessoas que, devido ao envolvimento com ações desonrosas, são consideradas prioritárias para embarcar no vapor da Califórnia, o que reflete o cinismo do autor. Porém, para um jornal que se propõe a satirizar os principais personagens políticos da época, menciona muito pouco ou quase nada sobre o chefe de polícia Figueira de Melo. Ainda mais se pensarmos que no período de circulação desse periódico, a violência contra a imprensa opositora acontecia abertamente. É provável que o autor tivesse uma certa cautela ao satirizar pessoas como o chefe de polícia Figueira de Melo, e o juiz Nabuco de Araújo. O intuito desta precaução não é apenas pessoal, mas o receio de alguma possível repercussão atingir membros da tipografia.

Sr. Chico Paes foi muito franco, e nos disse assim: Eu tenho serviços muito relevantes para ir agora em seu Vapor p'ra California. Em primeiro lugar sou ordeiro de chapa; pertenço á muito nobre e distinta família dos Srs. Cavalcanti, ainda que

por linha curva; e depois nunca pedi licença a ninguém para dizer muita asneira e parvoíce! Estreei a minha vida pública por um libello acusatorio, cuja jurisprudência não se parece com a de ninguém, porque só se parece comigo. (...) Acusei todos os comprometidos na rebelião de Pernambuco, como incursos nas penas do art. 140 do Cod. Penal, combinado com muitos outros..., e pedi para todos eles a pena máxima de todos estes artigos: ora, sendo pena máxima do art: 440 prisão perpétua com trabalho, e o dos outros prisão por mais ou menos tempo⁴³ o Vapor da Califórnia, 4 de setembro de 1849.

Francisco Xavier Paes Barreto, ou Chico Paes, por sua vez, é descrito como um exemplo de um indivíduo cuja carreira política foi construída através de ações desonestas e falsas acusações, e por esse motivo se vê como digno de uma passagem para a Califórnia. A ironia é utilizada por Jerônimo Vilela, ao descrever como Paes Barreto, alcançou a ascensão política, dá a entender que sua influência política pode ter sido barulhenta, cheia de aparência e status, o que faz muito sentido quando Chico Paes, faz questão de se vincular a uma família influente, mesmo que de maneira indireta, uma tentativa de legitimar seu poder ou sua presença na política com base em prestígio com os Cavalcanti de Albuquerque, e não por mérito pessoal.

Essa estratégia não era incomum. Como aponta Paulo Henrique Cadena, os Cavalcanti de Albuquerque construíram sua influência não apenas no campo econômico e político, mas também por meio do controle sobre a formação das elites, especialmente pela Faculdade de Direito de Olinda⁴⁴. Qualquer um que pretendesse, ascensão no campo político, passava de alguma forma pelos Cavalcanti de Albuquerque.

O exemplo de figuras como Nabuco de Araújo, formado Bacharel em 1835, e Francisco Xavier Paes Barreto, formado Bacharel em 1842, demonstra como a oligarquia utilizava a educação como ferramenta de perpetuação do poder. Enquanto seus membros atuavam nas províncias e no parlamento, nomes como Hollanda, manobravam na corte com relativa independência, sempre colocando os interesses da família acima de disputas partidárias ou regionais.

Jerônimo Vilela, formou-se em Direito no ano de 1835, no mesmo ano que Nabuco de Araújo. Vilela, além disso, viria a ser professor de Francisco Xavier Paes Barreto, essas conexões pessoais e profissionais revelam que Jerônimo Vilela não era apenas um observador externo, mas um agente profundamente inserido nos círculos de poder e influência da política provincial.

Tendo convivido de perto com Nabuco de Araújo e orientado academicamente Paes Barreto, Vilela conhecia intimamente os bastidores da Faculdade de Direito, instituição que, naquele momento, era um dos principais viveiros da elite política e jurídica do país. Ele estava particularmente ciente da ingerência exercida pela família Cavalcanti de Albuquerque sob o

funcionamento da Faculdade, uma influência que ia muito além dos muros acadêmicos e se estendia à arena política e ao sistema de Justiça. Essa interferência estratégica da família Cavalcanti de Albuquerque teve papel determinante na ascensão de figuras como Nabuco de Araújo, que percorreu a trajetória de promotor a juiz com notável rapidez, e também no início da carreira pública de Francisco Xavier Paes Barreto, que ingressava como promotor num cenário já cuidadosamente moldado por essas alianças de bastidores.

Sua ascensão política esteve ligada ao uso estratégico da denúncia e da repressão, com motivação política ou pessoal. O nome do promotor Francisco Xavier Paes Barreto, aparece no jornal com o intuito de expor a perseguição sofrida pelos praieiros durante o processo. Jerônimo Vilela, durante seu interrogatório se recusou a falar, pois, sendo parlamentar, entendia à luz da Constituição do Império que sua prisão era ilegal. Alegava que, por lei, só poderia ser detido em flagrante delito por crime de pena capital, o que não se aplicava ao seu caso. Ainda assim, o chefe de polícia Figueira de Melo, insistiu que a suposta ilegalidade de sua prisão não impedia que as autoridades criminais dessem continuidade ao processo, mesmo que em afronta direta às garantias constitucionais⁴⁵. O promotor Francisco Xavier Paes Barreto, que estava presente durante todo o interrogatório foi cúmplice de todo o autoritarismo, e se torna símbolo de uma justiça perseguidora, onde vale tudo contra os opositores.

O caso evidencia, de forma emblemática, como as redes de poder no Brasil do século XIX se estruturavam em torno de vínculos familiares, apadrinhamentos e articulações políticas habilidosas, nem sempre condizentes com os ideais éticos que se esperaria de instituições jurídicas e acadêmicas. Trata-se de um retrato fiel de uma elite que, mesmo sob o verniz do mérito e da legalidade, operava por meio de estratégias de influência, reciprocidade e, em muitos casos, conivência.

Outro personagem do Vapor da Califórnia, se diferencia dos demais por trazer uma narrativa mais pessoal e detalhada sobre suas motivações e seu passado. O Monsenhor Muniz Tavares, deixa evidente que ir para Califórnia é o seu momento de redenção.

Jerônimo Vilela de Castro, redator do *Vapor da Califórnia*, traz o nome do Monsenhor Muniz Tavares, por motivações pessoais. Em 1843, Jerônimo Vilela e Muniz Tavares, publicaram o periódico, O Indígena, impresso na tipografia imparcial. O jornal abordava a situação de decadência e sofrimento do Brasil após a independência. Ele buscava alertar para a necessidade de evitar a ruína iminente do país, atribuindo a culpa a figuras políticas e suas ações, que ele considera responsáveis pelos erros históricos e pelos problemas sociais e políticos do país⁴⁶.

É muito provável que Muniz Tavares, tenha abandonado a causa da praia em 1849, ou desagradado Jerônimo Vilela, e se juntado aos conservadores. Vejamos como a figura de um ex-membro do movimento praieiro é retratado:

oh Sr. Dr. Muniz Tavares, como vai o nosso bom partido? – Não se trata agora de partido, trata-se de viagem... eu estou queimado, quero ir para a Califórnia. — Mas não basta dizer que quer ir para a Califórnia. é necessário que alegue razões justas para ter direito á essa passagem, ou mudança de terra; porque quer V. Exc. deixar Pernambuco? já está desgostoso deste país, onde tantos e tão variados papeis tem feito, e cada qual mais brilhante? — Senhores, eu sou traiçoeiro e pérfido desde 1824, e no tempo da praia fui um praieiro de mão cheia. Escrevi muitos artigos Com a assinatura — W — contra o predomínio da família Cavalcanti; não me tirava de palácio a visitar o presidente Chichorro, dei-lhe até um jantar (no Parnamirim) só por amor — ao nosso bom partidos mas como os praieiros incluirão na chapa de senadores os Srs. Chichorro e Ernesto, eu que queria então ser senador, virei-me logo guabirú⁴⁷ O Vapor da Califórnia, 19 de setembro de 1849.

Muniz Tavares se apresenta como um indivíduo complexo, porém, comum ao reconhecer que se envolveu com os praieiros por interesse político, chegando até a mudar de posição quando não foi incluído como senador. Jerônimo Vilela, tenta colocar a trajetória de Muniz Tavares, como puramente conveniente aos interesses do momento desde 1824. Essa ruptura com Jerônimo também ilustra um aspecto recorrente na política brasileira do período: as alianças frágeis e o uso instrumental da ideologia para angariar notoriedade.

A frase "eu estou queimado, quero ir para a Califórnia" revela alguém que já não vê espaço para si no cenário político e que deseja escapar do julgamento dos pares e do passado que o persegue. Esse sentimento de ser julgado pelos pares devido aos interesses estarem sempre em movimento ilustra bem as contradições do jogo político. Onde a política é um jogo de reciprocidade, ou seja, para um indivíduo ou grupo conseguir ascender politicamente é necessário segurar a mão de quem está em cima, mas quando se chega em cima os interesses não são os mesmos de quem continua em baixo. Sendo assim, no jogo político é comum cair na armadilha de defender uma ideia quando ela está apenas na teoria, mas quando se tem a oportunidade de coloca em prática, outros interesses aparecerem de forma predominante, como aconteceu com o Monsenhor Muniz Tavares, que é chamado de traiçoeiro por Jerônimo Vilela.

Não é a primeira vez que um ex-integrante do partido praieiro é acusado de “traição”. Inicialmente, Joaquim Villela de Castro Tavares, irmão de Jerônimo Vilela, foi um dos fundadores do Partido Praieiro, atuando lado a lado com seu irmão. Ambos compartilhavam um discurso contundente contra os conservadores e os portugueses que dominavam o comércio local, utilizando uma retórica nativista e anticolonial. No entanto, o que parecia uma união sólida foi desfeita por disputas internas pelo poder, particularmente pela exclusão de Joaquim Vilela das listas eleitorais lideradas pelo chamado “triunvirato”⁴⁸.

Essa exclusão política foi o estopim para sua cisão com o grupo, levando-o a romper com os antigos aliados, se tornando redator de periódicos conservadores como o *Capibaribe* e, em consequência, a ser taxado de “traidor” pelos próprios liberais. A acusação de que ele teria cometido um “salto mortal e desastroso” e de que se tornou um homem “sem razão” reforça a ideia de que sua mudança de lado foi vista como oportunista, colocando seus interesses pessoais acima das convicções ideológicas.

Tanto Joaquim Vilela quanto Muniz Tavares ilustram o que havia de mais ambíguo no cenário político da Província de Pernambuco no século XIX. A adesão a partidos e ideologias servia, muitas vezes, como instrumento de ascensão individual e não como compromisso duradouro com projetos de transformação social. As acusações de traição feitas por Jerônimo Vilela funcionam como um contraponto ético: ele se coloca como guardião da integridade do movimento, embora sua própria posição também não estivesse imune às disputas internas e jogos de interesse, já que os interesses estão ligados diretamente às circunstâncias vivenciadas no momento. Essas histórias mostram que, na Insurreição Praieira e em seus desdobramentos, a política era vivida como um campo de disputa não apenas entre partidos, mas dentro deles, onde a fidelidade aos princípios era muitas vezes solapada por disputas pessoais, ressentimentos e ambições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do periódico *O Vapor da Califórnia* como uma fonte histórica permitiu revisitar um momento relativamente ainda pouco explorado pela historiografia, o pós-Praieira, marcado não apenas pela repressão militar e policial, mas também pela permanência do conflito no plano simbólico, discursivo e ideológico. Esse periódico, atribuído a Jerônimo Vilela de Castro Tavares, representa uma ferramenta poderosa de resistência, onde a sátira e o humor político foram usados de forma estratégica para denunciar, criticar e subverter a ordem conservadora imposta após a derrota dos praieiros. Ao dar voz a um projeto político derrotado, mas não silenciado, o jornal atua como espaço de preservação da memória da luta, e como tentativa de reorganização discursiva das ideias que movimentaram o levante praieiro.

A atuação da família Vilela Tavares, especialmente de Jerônimo Vilela de Castro Tavares, é reveladora do papel que intelectuais engajados desempenharam em contextos autoritários. O enfrentamento político, mesmo sob condições adversas como o exílio ou a prisão, mostra como as ideias liberais e nativistas continuaram circulando, moldando estratégias de resistência e mantendo viva a crítica ao sistema imperial centralizador. Neste sentido, *O Vapor da Califórnia* é mais do que uma publicação de oposição, e passa a ser um

documento que testemunha a persistência de uma luta ideológica que ultrapassava o campo militar e se projetava na arena pública da imprensa.

A pesquisa evidenciou a complexidade do movimento praieiro. Longe de ser apenas uma disputa entre elites rivais, a Insurreição Praieira foi atravessada por múltiplas reivindicações, desde a nacionalização do comércio a retalho até a demanda por maior participação política e melhores condições de vida. A breve experiência de poder dos praieiros e o subsequente retorno dos conservadores ao controle revelam os limites institucionais e estruturais do Império do Brasil, especialmente no que tange à distribuição de poder e à autonomia provincial. Assim, este trabalho buscou não apenas compreender a dinâmica política e social de um dos momentos mais emblemáticos da história de Pernambuco, mas também contribuir para a valorização de fontes, como jornais satíricos, como instrumentos legítimos, potentes e pertinentes de análise histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Sobre os Vilela Tavares, veja-se: CHACON, Vamireh. Introdução. Autos do Inquérito da Insurreição Praieira. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 30-36.
2. SODRÉ, Nelson werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1966. p. 157.
3. MARSON, Izabel Andrade. Movimento Praieiro: Imprensa, Ideologia e Poder Político. São Paulo: Editora Moderna, 1980. p. 08.
4. CARVALHO, Marcus J. M. de. CÂMARA, Bruno. A insurreição praieira. Almack Brasiliense, n.8. 2008. p. 8.
5. CARVALHO, Marcus J. M. de. CÂMARA, Bruno. A insurreição praieira. Almack Brasiliense, n.8. 2008. p. 7.
6. CADENA, Paulo Henrique Fontes. Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque: (Pernambuco, 1801-1844). Editora Recife, Recife: 2013. p. 144.
7. CADENA, Paulo Henrique Fontes. Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque: (Pernambuco, 1801-1844). Editora Recife, Recife: 2013. p.143.
8. CADENA, Paulo Henrique Fontes. Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque: (Pernambuco, 1801-1844). Editora Recife, Recife: 2013. p. 144.
9. CARVALHO, Marcus J. M. de. Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo, Recife 1822- 1850. Recife: Editora da UFPE, 2010. p. 315.

10. CARVALHO, Marcus J. M. de. CÂMARA, Bruno. A insurreição praieira. Almack Brasiliense, n.8. 2008. p.28.
11. CARVALHO, Marcus J. M. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. Rev. Bras. Hist. vol. 23 n. 45. São Paulo, 2003. p. 216.
12. CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. O 'retalho' do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870. Recife, 2012. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2012. p. 17.
13. MARSON, Izabel. Movimento Praieiro. São Paulo: Moderna, 1981. p. 14.
14. QUINTAS, Amaro. O sentido social da Revolução Praieira. Recife: Massangana, 1982. p. 11.
15. CARVALHO, Marcus J. M. de. CÂMARA, Bruno. A insurreição praieira. Almack Brasiliense, n.8. 2008. p. 19.
16. SEGISMUNDO. Fernando. História popular da revolução praieira. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1949. p. 65.
17. MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luíza. DE LUCA, Tânia R. (orgs) História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 28 - 50.
18. SEGISMUNDO. Fernando. História popular da revolução praieira. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1949. p. 42.
19. SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1966. p. 174.
20. SEGISMUNDO. Fernando. História popular da revolução praieira. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1949. p. 68.
21. CEPE O lidador, 17 de março de 1845.
22. QUINTAS, Amaro. O sentido social da Revolução Praieira. Civilização Brasileira, 1967. p.46.
23. CARVALHO, Marcus J. M. de. Movimentos Sociais: Pernambuco (1831 – 1848). Op.cit., p. 164 – 165.
24. NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 1969. p. 275.
25. NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 1969. p. 275.
26. CEPE O Capibaribe, 30 de julho de 1849.

27. BRAGA, Carolina de Toledo. Viuvez e cotidiano das mulheres em meados dos oitocentos: (Pernambuco, 1842-1853) Dissertação (Mestrado em História) - PPG em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. p. 106.
28. BRAGA, Carolina de Toledo. Viuvez e cotidiano das mulheres em meados dos oitocentos: (Pernambuco, 1842-1853) Dissertação (Mestrado em História) - PPG em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. p 107-109.
29. SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1966. p. 182.
30. SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1966. p. 183.
31. NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 1969. p. 311.
32. VILELLA, Carmélio dos Santos. Carneiro Vilella: nascimento, vida e morte. Recife: Ed. Do Autor, 2005, p. 117.
33. NASCIMENTO, Alexsandro Ribeiro do. Somos os filhos da revolução”: os Villela Tavares e as ideias políticas em Pernambuco no século XIX. Salvador. Tese (PPGH) UFBA. 2023. p.33 - 39.
34. BEVILÁQUA, Clóvis. História da Faculdade de Direito do Recife. Recife. Editora UFPE, 2012, p. 462.
35. CHACON, Vamireh. Autos do Inquérito da Revolução Praieira. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 1979, p. 31.
36. CHACON, Vamireh. Autos do Inquérito da Revolução Praieira. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 1979, p. 63.
37. NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 1969. p. 307 - 308.
38. CEPE. o Fiscal 20 de novembro de 1849.
39. OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. A prisão de Pedro Ivo e o debate político após a praieira, 1849-1854. Rev. hist. (São Paulo), n. 177, 2018. p. 9.
40. OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. A prisão de Pedro Ivo e o debate político após a praieira, 1849-1854. Rev. hist. (São Paulo), n. 177, , 2018. p.9.
41. CEPE. o fiscal 22 de setembro de 1849.
- 42.CEPE. O Vapor da Califórnia, 30 de agosto de 1849.
43. CEPE. o vapor da Califórnia, 4 de setembro de 1849.

44. CADENA, Paulo Henrique Fontes. Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. p. 9.
45. CHACON, Vamireh. Autos do Inquérito da Revolução Praieira. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 1979, p. 63.
46. NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 1969. p. 186.
47. CEPE. O Vapor da Califórnia, 19 de setembro de 1849.
48. NASCIMENTO, Alexsandro Ribeiro do. Somos os filhos da revolução”: os Villela Tavares e as ideias políticas em Pernambuco no século XIX. Salvador. Tese (PPGH) UFBA. 2023. p. 187.